

A loja veio abaixo

Da Redação

Os clientes não entenderam nada. Dentro do café e restaurante Don'Durica, localizado na 115 Sul, tudo estava normal. Os fregueses serviam-se à vontade. Podiam saborear os pratos da culinária goiana ou mineira. Do lado de fora, tudo diferente: uma agitação incomum nas quadras comerciais.

Fiscais da Administração Regional de Brasília exigiam a remoção de partes do estabelecimento comercial por invasão de área pública. Desde o final de fevereiro, uma "puxadinha" era construída para ampliar o espaço interno da loja em 25 m².

Uma denúncia anônima levou os fiscais a descobrirem que a dona do restaurante, a advogada Ângela Maria Aguiar Matias, não tinha autorização para construir em área pública. De acordo com o encarregado de Fiscalização de Obras, Agnos Modesto de Souza, nenhum pedido foi protocolado na administração: "Está em situação irregular. Como a obra estava em fase de acabamento, foi necessária uma ação".

A ampliação do restaurante está embargada desde 6 de março. Naquele dia, um fiscal identificou que a obra não havia sido interrompida, mesmo com a proprietária sendo notificada da irregularidade 72 horas antes. A construção continuou e o administrador de Brasília, Antônio Gomes, autorizou no último dia 30 uma ação no local.

E foi o que ocorreu. Por volta das 10h, a equipe de fiscais, amparada por dois policiais militares e quatro bombeiros, chegou ao restaurante. De posse de todo o processo, eles exigiram a interrupção imediata da obra e a retirada dos materiais da área pública.

A empresária ficou revoltada, e o impasse foi criado. Depois de uma longa e acalorada discussão, Ângela Matias concordou em realizar a derrubada da estrutura metálica e da limpeza da área pública. "Sei que estou errada. Mas o problema é que os outros podem e eu não posso. O governo não pode ter dois pesos e duas medidas", critica a dona

Paulo de Araújo



FISCAIS DERRUBARAM O MURO E A ESTRUTURA METÁLICA CONSTRUÍDOS PELA PROPRIETÁRIA DO RESTAURANTE

"SÃO CASOS ABERRANTES QUE NÃO PODEM MAIS ACONTECER. É UM AVISO QUE ESTAMOS DANDO PARA NINGUÉM ACHAR QUE VAI CONTINUAR INVADINDO A CIDADE IMPUNEMENTE"

ANTÔNIO GOMES
Administrador de Brasília

do restaurante, apontando para comércios com construções semelhantes na mesma quadra.

Ângela Matias comprometeu-se a liberar até o final da tarde toda a área invadida, que pelas contas dos fiscais é de 120m², espaço que inclui cerca de 40 mesas, cobertas por um toldo. "Pensava que estava tudo normal, pois pedi há oito meses para utilizar cadeiras na área pública. Acreditava que o processo estava tramitando normalmente", diz Ângela Matias. Às 18h, o local estava praticamente limpo.

OPERAÇÕES VÃO CONTINUAR

Mas nem tudo correu pacificamente. A dona do restaurante negou-se a receber uma notificação dos fiscais. Eles informavam sobre o prazo de 72h para remoção dos entulhos, recuperação do logradouro e retirada de uma pedra de Pirenópolis da calçada. "Não fui

eu quem coloquei essa pedra. Não posso me responsabilizar por isso", justifica.

O receio dela é sobre com o futuro do restaurante, principalmente, com a situação financeira. "Não tenho como sobreviver com 20 mesas lá dentro. É apenas um terço do movimento normal. Temo pelos empregos dos meus 30 funcionários. O jeito será sair daqui", lamenta.

O administrador de Brasília promete intensificar as operações para coibir novas invasões de área pública. Segundo ele, situações como essa, onde mesmo ciente da irregularidade, as obras não são interrompidas não devem ocorrer. "São casos aberrantes que não podem mais acontecer. É um aviso que estamos dando para ninguém achar que vai continuar invadindo a cidade impunemente", alerta Antônio Gomes.

MEMÓRIA

Invasão em comércio é corriqueira

A derrubada de construções em área pública invadida costuma ter repercussão. Levantamento do Sindicato de Bares e Restaurantes (Sindhobar), mostra que 80% dos 2.800 estabelecimentos comerciais do Plano Piloto ocupam área pública.

Em junho do ano passado, uma ação dos fiscais da Administração de Brasília custou o cargo do diretor de fiscalização de obras e posturas da Administração, José de Castro. Ele foi demitido depois da derrubada de muros de dois restaurantes da Asa Norte, o Dona Lenha, na 210, e Hibisco, na 716. O então administrador de Brasília, Leôncio Carneiro, se opôs à medida e exonerou o funcionário.

Favorável à ocupação de áreas públicas por comerciantes até que a questão fosse definida por lei, Leôncio Carneiro baixou uma norma obrigando a fiscalização da Administração e do SIVSOLO a comunicarem a ele, com 48 horas de antecedência, qualquer demolição prevista. O atual administrador, Antônio Gomes, manteve a determinação.

Na semana passada, estudo divulgado pela Secretaria de Desenvolvimento e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) fixou em quatro metros o avanço ideal para comércio nas quadras do Plano Piloto. A proposta ainda precisa ser encaminhada à Câmara Legislativa para ter força de lei.